



317
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
CORTE ESPECIAL

Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 301401-7

IMPETRANTE: FELIPE ROCHA DE LIMA

IMPETRADO : GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – MANDADO DE SEGURANÇA, IMPETRADO POR CANDIDATO EM CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE MÉDICO GINECOLOGISTA/OBSTETRA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EM FACE DE ATO OMISSIVO CONSISTENTE EM SUA NÃO NOMEAÇÃO PARA TAL CARGO APESAR DE TER ELE SIDO APROVADO NA 37ª (TRIGÉSIMA-SÉTIMA) COLOCAÇÃO NO REFERIDO CERTAME, PROMOVIDO PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO PARA O PREENCHIMENTO DE 50 (CINQUENTA) VAGAS NA REFERIDA CARREIRA.

I) PRELIMINAR DE IMPRESCINDIBILIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO: TENDO-SE EM VISTA QUE, NA IMPETRAÇÃO, PLEITEIA-SE APENAS A NOMEAÇÃO DO POSTULANTE, SEM QUE SE DEBATA A ANULAÇÃO OU A ALTERAÇÃO DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CERTAME, NÃO SE FAZ IMPRESCINDÍVEL A FORMAÇÃO DE

LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO.
PRELIMINAR NÃO ACOLHIDA. DECISÃO UNIFORME.

II) PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA: A AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA, ALÉM DE TER INCORRIDO NA OMISSÃO DESCRITA NA INAUGURAL, ESTÁ INVESTIDA DE PODERES PARA A PRÁTICA DO ATO AO QUAL SE ALMEJA, NOS TERMOS DESCRITOS NO ARTIGO 37, *CAPUT* E INCISO VIII, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. PRELIMINAR REJEITADA. DECISÃO UNÂNIME.

III) PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO EM RAZÃO DE O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO JÁ SE TER EXPIRADO: COM O TÉRMINO DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME SEM A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO DENTRO DO QUANTITATIVO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL, SURGE O INTERESSE JURÍDICO PLAUSÍVEL DE SER PLEITEADO NA ESFERA JUDICIAL, PORQUANTO É AÍ QUE AO DIREITO TITULARIZADO SOMA-SE A EXIGIBILIDADE IMPRESCINDÍVEL PARA QUE SE CONFIGURE A LIDE JUSTIFICADORA DA IMPETRAÇÃO. PRELIMINAR NÃO ACOLHIDA. DECISÃO INDISCREPANTE.

IV) MÉRITO: DIANTE DA NOVA DISCIPLINA LEGAL INSTITUÍDA COM O ADVENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 256/2013, PELA QUAL PASSOU A SER O DA DATA DA INSCRIÇÃO – E NÃO MAIS O DO INGRESSO NO CARGO – O MOMENTO DA AFERIÇÃO DA IDADE MÁXIMA DE 28 (VINTE E OITO) ANOS PARA O INGRESSO NA CARREIRA, EXSURGE

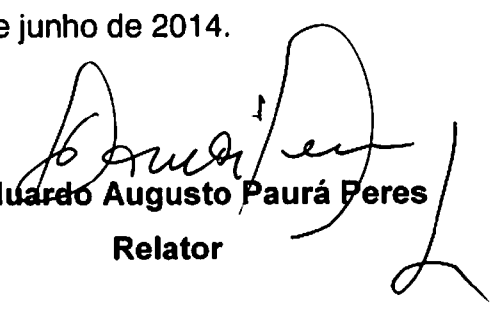
319
A

DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE À
NOMEAÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA. DECISÃO
UNÍSSONA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do mandado de segurança nº 301401-7, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os desembargadores componentes da Corte Especial, à unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares de imprescindibilidade de formação de litisconsórcio passivo necessário, de ilegitimidade passiva e de impossibilidade jurídica do pedido, bem como, ainda uniformemente, no mérito, em conceder a segurança, tudo nos termos dos votos e das notas taquigráficas que passam a fazer parte integrante deste aresto (julgamento realizado nas sessões de 03 de fevereiro de 2014, 24 de fevereiro de 2014 e 12 de maio de 2014).

Recife, 16 de junho de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

247
04

CORTE ESPECIAL

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 301401-7

IMPETRANTE: FELIPE ROCHA DE LIMA

IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Sr. Eduardo
Henrique Accioly Campos

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATÓRIO

Trata-se, em apertada síntese, de MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR *INAUDITA ALTERA PARS* impetrado por FELIPE ROCHA DE LIMA contra ato omissivo do GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, que deixou de nomeá-lo para o cargo de médico ginecologista/obstetra do quadro de oficiais médicos da Polícia Militar de Pernambuco, apesar de ele ter sido aprovado na 37ª colocação no concurso público promovido pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco para o preenchimento de 50 vagas na referida carreira.

Argumenta o postulante que, por ter sido aprovado dentro do número de vagas oferecidas no edital do certame, teria direito líquido e certo à nomeação para o cargo. Alega, ainda, que está sendo indevidamente privado da percepção dos vencimentos referentes ao cargo, em prejuízo do sustento da sua família, e que a demora na nomeação dificultar-lhe-á a promoção na carreira policial.

À fls. 120/123, o eminente Des. Roberto Ferreira Lins, que me substituiu à época do gozo das minhas férias, denegou a liminar. Contra essa decisão, o impetrante interpôs agravo regimental (fls. 133/185).

A autoridade apontada como coatora, por meio da Procuradoria do Estado, prestou informações (fls. 192/202), arguindo, preliminarmente, (i) a ilegitimidade passiva do Governador, (ii) a impossibilidade jurídica do pedido,

rb

246
M

em face do término do prazo de validade do certame, e (iii) a necessidade de citação de litisconsortes passivos necessários. No mérito, sustenta que (i) inexistente, no caso, direito líquido e certo, pois a aprovação fora do número de vagas previsto no edital gera tão-somente expectativa de direito, e que (ii) o candidato ultrapassou o limite de idade permitido para o ingresso nos quadros da PMPE.

A Procuradoria de Justiça foi pela denegação da segurança (fls. 212/221).

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 07 de janeiro de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



251
✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

CORTE ESPECIAL

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 301401-7

IMPETRANTE: FELIPE ROCHA DE LIMA

IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Sr. Eduardo
Henrique Accioly Campos

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Sr. Presidente,

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a).

**1. QUESTÃO DE ORDEM. NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE
LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO COM OS CANDIDATOS MAIS BEM
POSICIONADOS.**

Enfrento a preliminar levantada pela parte impetrada como questão de
ordem.

Dispõe o *caput* do art. 3º da lei 12.016/09 que:

Art. 3º. O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em
condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança
a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30
(trinta)
dias, quando notificado judicialmente.

Não é, porém, o caso do certame objeto da impetração. Conforme
assentado por esta Corte na questão de ordem levantada no julgamento do
mandado de segurança nº 305848-6, referente a este mesmo concurso
público, a nomeação do impetrante não repercute na esfera jurídica dos
candidatos mais bem posicionados. A pretensão daquele não decorre da
preterição destes. Aqui, cada candidato busca sua investidura

independentemente da dos demais, sem que haja exclusão mútua. Confira-se, a propósito, o entendimento do STJ:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CONTADOR DO QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. EXISTÊNCIA. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS

OFERTADAS NO EDITAL. SURGIMENTO DE NOVAS VAGAS EM NÚMERO SUFICIENTE PARA ALCANÇAR A CLASSIFICAÇÃO DO IMPETRANTE. PRAZO PARA IMPETRAÇÃO. FIM DA VALIDADE DO CERTAME. NOTIFICAÇÃO DOS DEMAIS CANDIDATOS MELHORES CLASSIFICADOS QUE O IMPETRANTE. DESNECESSIDADE.

(...)

5. Segundo o art. 3º, caput, da Lei 12.016/09, "O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente" (Grifo nosso).

6. A regra contida no referido dispositivo é inaplicável à hipótese dos autos, uma vez que o eventual direito à nomeação do Impetrante não decorre do direito de terceiros. O direito dos candidatos à nomeação decorre do fato de terem sido aprovados no concurso público, na forma do art. art. 37, II, da Constituição Federal (redação da EC 19/98).

6. A ordem classificatória dos candidatos aprovados no concurso publico corresponde a um critério utilizado pela Administração para organizar as nomeações, de modo a privilegiar aqueles em melhor posição relativa. Isso não significa que o direito à nomeação do candidato pior classificado dependa do direito daquele melhor classificado, o que significaria dizer, por exemplo, que, se o primeiro colocado não tomar posse por não ter a formação acadêmica exigida para o cargo público, ficariam impedidos os demais candidatos, o que não ocorre, como se sabe.

7. A regra contida no art. 3º da Lei 12.016/09 cuida de situações como aquelas narradas por FIRLY NASCIMENTO FILHO (In "Mandado de Segurança Individual e Coletivo: A Lei nº 12.016/2009 Comentada". Org. Aluísio Gonçalves de Castro Mendes. Niterói, RJ: Impetus, 2010, p. 23), citando exemplos trazidos por Hugo de Brito Machado e Nelson e Rosa Nery, envolvendo ações judiciais movidas por contribuintes de fato questionando uma dada exação, tida como ilegal ou inconstitucional, ou do locatário a postular a ilegalidade ou inconstitucionalidade do IPTU, diante da inércia do locador.

8. Destarte, mostra-se irrelevante que o Impetrante ocupe a 7ª posição na lista de candidatos aprovados que aguardam nomeação para o cargo de Contador do quadro de pessoal da Advocacia-Geral da União, mormente se considerado que o número de vagas para o referido cargo público é superior aos sete candidatos.

(...)

(MS 19227 / DF, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, 1ª Seção, DJe 30/04/2013)

No mesmo sentido o STF: RE 666092 AgR / BA, Rel. Min. LUIZ FUX, 1ª Turma, DJe 23-04-2012.

Destarte, já que a impetração volta-se tão-somente para a nomeação do postulante, sem que se discuta a anulação ou a alteração

da ordem de classificação do certame, afasto a possibilidade de haver litisconsortes necessários e rejeito a preliminar.

Recife, 03 de fevereiro de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



2. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA

Nesta primeira prefacial, argui-se que o Governador não teria ingerência sobre as nomeações para os cargos concernentes ao certame, não sendo sua, portanto, a responsabilidade pela omissão a que se refere o impetrante.

Os argumentos, contudo, não se sustentam ante a constatação de que fora da lavra do Governador o ato (fls. 107/108) por meio do qual foram nomeados todos os candidatos do concurso (vinte e cinco até então). Vê-se, pois, que a autoridade apontada como coatora, além de ter executado o ato a respeito do qual teria havido omissão, está investida de poderes para ordenar a sua prática, nos termos do art. 37, VIII da Constituição estadual:

Art. 37. Compete privativamente ao Governador do Estado:
(...)
VIII - prover os cargos públicos na forma da lei;

Perfaz-se, assim, a definição de autoridade coatora constante do art. 6º, §3º, da Lei nº 12.016/2009:


Art. 6º A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.

(...)

§ 3º Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.

Nesses termos, rejeito a preliminar.

Recife, 07 de fevereiro de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator

3. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO EM RAZÃO DE O PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO JÁ TER EXIRADO.

Na segunda preliminar, alega-se que, por ter a impetração se dado após a expiração da validade do concurso, a investidura do impetrante no cargo almejado constituiria pedido juridicamente impossível.

Com efeito, exaurida a validade do concurso, reveste-se de ilegalidade a preterição do candidato aprovado dentro das vagas, estabelecendo-se, nesse mesmo momento, o termo *a quo* da contagem do prazo decadencial para que ele postule segurança contra a autoridade coatora que se furtou em nomeá-lo. Considerando-se que, dentro do prazo de validade do certame, o momento de nomeação do candidato aprovado encontra-se na seara de discricionariedade da Administração, apenas com o término da validade sem a nomeação é que surge interesse jurídico passível de ser pleiteado na esfera judicial, porquanto é aí que ao direito titularizado soma-se a exigibilidade necessária para configurar a lide justificadora da impetração.

No STJ, esse entendimento é dominante e vem sendo reiterado em julgamentos bem recentes:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. MINISTÉRIO DO ESPORTE. ALEGADA PRETERIÇÃO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR TERCIERIZAÇÃO. PRELIMINARES REJEITADAS. COMPROVAÇÃO DE CARGOS VAGOS. SELEÇÃO PÚBLICA SIMPLIFICADA COM RECURSOS DO ÓRGÃO COMPROVADA. CONVOLAÇÃO DA EXPECTATIVA DE DIREITO EM LIQUIDEZ E CERTEZA. PRECEDENTE. (...) 3. Preliminar. Está caracterizada a omissividade do ato reputado como coator e, portanto, não há falar em decadência, pois está pacificado no STJ que o prazo de impetração contra a ausência de nomeação deve ser contado a partir do término da validade do concurso. Rejeitada. Precedentes: RMS 39.263/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 21.11.2012; AgRg no REsp 1.270.366/AL, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 5.10.2012; e AgRg no RMS 35.682/MA, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 14.6.2012. (...) (MS 16735 / DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 1ª SEÇÃO, DJe 20/02/2013)

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. NÃO NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. CIÊNCIA DO ATO LESIVO. TÉRMINO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. (...)

2. Cinge-se a controvérsia acerca do termo *a quo* para a contagem do prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, se a data em que se expirou o concurso público ou a em que a impetrante obteve resposta ao recurso administrativo interposto com o fito de ser nomeada para o cargo.

3. O término da validade do concurso marca o termo *a quo* da contagem do prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança dirigido contra ato omissivo da autoridade coatora, que se furtou em

nomear o candidato no cargo para o qual fora aprovado. Precedentes. (...) (AgRg no RMS 36.299/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2ª Turma, DJe 21/8/2012).

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. ARESP. CONCURSO PÚBLICO. DECADÊNCIA DO MANDAMUS. AUSÊNCIA. TERMO INICIAL. TÉRMINO DA VALIDADE DO CONCURSO. (...) 3. Esta Corte é pacífica no sentido de que o termo inicial para a contagem do prazo decadencial do mandado de segurança contra a ausência de nomeação de aprovados em concurso público é a data do término do prazo de validade deste.

4. A jurisprudência desta Corte tem entendido que o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital possui direito subjetivo à nomeação e à posse no cargo almejado. Precedente. (...) (AgRg no AREsp 32476/MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª Turma, DJe 13/10/2011);

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. DECADÊNCIA DO MANDAMUS. NÃO OCORRÊNCIA. MARCO INICIAL. TÉRMINO DA VALIDADE DO CERTAME.

1. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, em se tratando de impetração contra ausência de nomeação de aprovados em concurso público, a contagem do prazo decadencial de 120 dias deve ser iniciada com o término do período de validade do certame.

2. Afastada a questão relativa à decadência, devem os autos retornar à instância de origem para novo julgamento. (...) (AgRg no RMS 35.682/MA, Rel. Min. Herman Benjamin HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 14/06/2012).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO DE CANDIDATA. ATO OMISSIVO. EXAURIMENTO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. TERMO INICIAL PARA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS. DECADÊNCIA NÃO CONFIGURADA.

1. Em se tratando de mandado de segurança objetivando atacar omissão da Administração Pública em efetivar a nomeação de candidata aprovada em concurso público, o transcurso do prazo decadencial para impetração do writ tem como termo inicial o esgotamento do prazo de validade do certame. Precedentes. (...) (AgRg no RMS 21165/MG, Rel. Min. Laurita Vaz, 5ª Turma, DJe 08/09/2008).

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. (...) PRAZO PARA IMPETRAÇÃO. FIM DA VALIDADE DO CERTAME. (...) 2. O "término da validade do concurso marca o termo a quo da contagem do prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança dirigido contra ato omissivo da autoridade coatora, que se furtou em nomear o candidato no cargo para o qual fora aprovado" (AgRg no RMS 36.299/SP, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJe 21/8/12). (...) (MS 19227 / DF, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, 1ª Seção, DJe 30/04/2013)

Por tais razões, também não acolho esta preliminar.

Recife, 03 de fevereiro de 2014.

Des. Eduardo Augusto Raurá Peres
Relator

4. MÉRITO

Reproduzindo o disposto no art. 24 da lei complementar estadual nº 108/2008¹, o item 1.5 do edital do concurso (fl. 40), exige, a título de requisito para o ingresso no quadro de oficiais médicos da PMPE, que o candidato tenha, no máximo, 28 (vinte e oito) anos de idade. Essa foi uma das justificativas apresentadas pela autoridade apontada como coatora para deixar de nomear o impetrante.

De fato, como o edital fora publicado em 03/09/2008, e o postulante, nascido em 26/11/1980, já havia atingido esse limite etário desde 26/11/2008 – antes até mesmo da realização da 1ª etapa do certame –, não se pode admitir que, agora, passados quase cinco anos da ciência por parte do impetrante dessa restrição, o uso do mandado de segurança como meio para afastar-se desse óbice.

Ademais, o impetrante sequer ventilou essa questão na sua petição inicial, vindo isso à baila apenas com as informações da autoridade apontada como coatora. É bem verdade que se poderia afastar o referido limite etário por meio de controle incidental de constitucionalidade, mas fazê-lo de ofício, quando já foram apresentadas as informações pela autoridade impetrada, constituiria, a meu ver, cerceamento de defesa.

Não estou, com isso, estabelecendo qualquer juízo acerca da legalidade ou da constitucionalidade dessa restrição. O que estou a inferir é que o presente *writ* não comporta a discussão sobre o tema. Se, no tempo devido, o impetrante não se insurgiu contra a limitação, não pode, agora, pretender ampliar o objeto da impetração para incluir outra arguição de ilegalidade/abuso de poder. Para tanto, deverá valer-se das vias ordinárias, deduzindo, em sua causa de pedir, as razões que possam levar o juízo a deixar de aplicar a prescrição legal e, por arrastamento, a cláusula editalícia que a reproduz.

¹ Art. 24. É requisito particular para o ingresso no QOS [Quadro de Oficiais de Saúde] ter, no máximo, 28 (vinte e oito) anos de idade completos, no ato de ingresso na carreira de militar do Estado.

Diante disso, e sem assentar qualquer conclusão acerca da licitude desse limite etário, meu voto é pela denegação da segurança.

Fica, por conseguinte, prejudicado o agravo regimental de fls. 133/185.

Custas já adiantadas. Sem condenação em honorários advocatícios, a teor do disposto no art. 25 da Lei nº 12.016/2009 e nas súmulas 105 do STJ e 512 do STF.

Recife,

03 de fevereiro de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

CORTE ESPECIAL

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 301.401-7

IMPETRANTE: FELIPE ROCHA DE LIMA

IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Ex.
Eduardo Henrique Accioly Campos

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO-VISTA

Senhores Desembargadores,
Senhor Procurador de Justiça:

Em sessão passada, ocorrida no último dia 03 do corrente mês, depois de ultrapassadas as preliminares de formação obrigatória de litisconsórcio passivo necessário, ilegitimidade passiva do governador do Estado e de impossibilidade jurídica do pedido, tendo o Eminentíssimo Relator (Des. Eduardo Paurá), no mérito, denegado a segurança, requeri vista dos autos por não me encontrar habilitado a proferir voto, o que faço nesta oportunidade.

Rememorando aos doutos pares o caso, lembro tratar-se de **Mandado de Segurança** impetrado por **FELIPE ROCHA DE LIMA** contra ato omissivo do Exmo. Sr. **GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por ter deixado de nomeá-lo para o cargo de médico ginecologista/obstetra do quadro de oficiais médicos da PMPE, apesar de ter sido aprovado na 37ª colocação do concurso, dentro das cinquenta vagas oferecidas no edital.

O eminentíssimo Relator, denegou a segurança, sob o fundamento de que o Impetrante não dispunha de um dos requisitos necessários à sua nomeação, qual seja: ter ultrapassado o limite máximo de idade (28 anos) para o ingresso na

264
la



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

carreira, previsto no item 1.5 do edital do concurso, não podendo agora, depois de transcorridos quase cinco anos da publicação do edital, vir reclamar dessa referida limitação de idade.

Disse o Eminentíssimo Relator em seu voto (fls. 257):

Reproduzindo o disposto no art. 24 da lei complementar estadual nº 108/2008, o item 1.5 do edital do concurso (fl. 40), exige, a título de requisito para o ingresso no quadro de oficiais médicos da PMPE, que o candidato tenha, no máximo, 28 (vinte e oito) anos de idade.(...)

De fato, como o edital fora publicado em 03/09/2008, e o postulante nascido em 26/11/1980, já havia atingido esse limite etário desde 26/11/2008 – antes até mesmo da realização da 1ª etapa do certame – não se pode admitir que, agora, passados quase cinco anos da ciência por parte do impetrante dessa restrição, o uso do mandado de segurança como meio para afastar-se esse óbice. (...)

Não estou, com isso, estabelecendo qualquer juízo acerca da legalidade ou constitucionalidade dessa restrição. O que estou a inferir é que o presente writ não comporta a discussão sobre o tema. Se, no tempo devido, o impetrante não se insurgiu contra a limitação, não pode, agora, pretender ampliar o objeto da impetração para incluir outra argüição de ilegalidade/abuso de poder. Para tanto, deverá valer-se das vias ordinárias, deduzindo, em sua causa de pedir, as razões que possam levar o juízo a deixar de aplicar a prescrição legal e, por arrastamento, a cláusula editalícia que a reproduz.”

Como podemos observar, o Relator deixou claro em seu voto a impossibilidade de, aqui, analisar o controle incidental de constitucionalidade da limitação etária, uma vez que esse tema não integrou os fundamentos da petição inicial, sendo uma ampliação do objeto da impetração, tampouco foi impugnado em tempo certo, quando da publicação do edital, só tendo surgido agora, quando decorridos quase cinco anos da publicação, e mesmo assim após a apresentação das informações pela Autoridade Coatora.

Antes de tudo, convém registrar que a questão da limitação etária não integrou realmente os fundamentos da impetração, porque, até a interposição do presente “writ”, nenhum questionamento pairava sobre o tema, que só emergiu

2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

266
L

nos autos a partir da análise individual do eminente Des. Roberto Ferreira Lina, na decisão interlocutória de sua lavra (fls. 120/123), quando assim se pronunciou, ao indeferir o pleito liminar do Impetrante, verbis (fl. 123):

"Mas. Conforme havia sido informado no item 1.5 do edital (fl. 40), ter a idade máxima de 28 anos é um dos requisitos para o ingresso no quadro de oficiais da Polícia Militar de Pernambuco (art. 28, II, da Lei Complementar Estadual nº108/2008). O impetrante, nascido em 26/11/1980 (fl. 18), atingiu esse limite etário desde a data de realização da 1ª etapa do certame."

Então, o debate que agora se trava sobre a limitação etária, realmente não foi inaugurado pelo Impetrante contra suposta ilegalidade praticada pela autoridade coatora - isto no momento da impetração -, porque agora se trava o embate e se é impugnado pelo Impetrante, dado que a Procuradoria do Estado e a Procuradoria de Justiça encamparam o posicionamento do então Relator, Des. Roberto Lins, tanto que pugnaram pela denegação da segurança, também com base nessa limitação etária.

Assim, tendo sido o tema da limitação etária trazido a lume pelo Relator inaugural, no momento da apreciação da liminar, e desde que sobre ele ambas as partes se pronunciaram, estando assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório, outra coisa não nos resta senão analisá-lo, como fez o agora Relator, Des. Eduardo Paurá, só que, não apenas aplicando a regra limitadora pura e simplesmente, sem apreciar a sua legalidade e/ou ilegalidade, sob o argumento de não integrar a matéria os fundamentos da impetração e de ter sido inaugurada a discussão só a partir das informações, mas, de forma ampla, inclusive, sobre sua constitucionalidade.

E dentro dessa toada, da análise de todo o contexto dos autos, anuncio logo o meu mais profundo pedido de vênias ao eminente Relator para discordar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

do seu posicionamento e apresentar fundamentos completamente antagônicos, de tal sorte a me inclinar pela concessão da segurança.

Eis as razões:

Como ponto inicial de partida, penso inexistir óbice a que o Poder Judiciário, no seu mister maior de fazer justiça e afastar as intempéries da lei, possa sim, em sede de mandado de segurança, de forma difusa, fazer o controle de constitucionalidade de normas e regras, ainda que não as tenha arguido o impetrante em tempo oportuno. Em outras palavras, embora não se indispondo os candidatos contra determinadas regras constantes nos editais dos concursos, não se acham eles submetidos e submissos a elas, por não as ter impugnado logo após a publicação do edital, quando visivelmente eivadas de inconstitucionalidade, como se mostra o caso em concreto, cujo reconhecimento pode ser declarado no momento de julgamento do "writ", tanto pelo juiz quanto pelo Tribunal, de forma difusa, repito, valendo os efeitos da declaração apenas para as partes.

Esse é o posicionamento da jurisprudência de forma uníssona. Vejamos:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE POR VIA DIFUSA.

É possível declarar incidentalmente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público na via do mandado de segurança, vedando-se a utilização desse remédio constitucional tão somente em face de lei em tese ou na hipótese em que a causa de pedir seja abstrata, divorciada de qualquer elemento fático e concreto que justifique a impetração. Precedentes citados: AgRg no REsp 1.301.163-SP, DJe 14/8/2012, e REsp 743.178-BA, DJ 11/9/2007. RMS 31.707-MT, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 13/11/2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

268
4

Processo: 92420068260075 SP
Relator(a): Carlos Giurusso Santos
Julgamento: 02/12/2010
Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Público
Publicação: 21/12/2010

Ementa - MANDADO DE SEGURANÇA - CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE - POSSIBILIDADE.

- No mandado de segurança, é possível que o juiz determine a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, de forma incidental, como fundamento para a apreciação da pretensão do impetrante e com efeitos apenas entre as partes. RECURSO E REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDOS.

Disso resulta que, inobstante tenha o Impetrante deixado de atacar determinada regra do edital logo após a sua publicação, nenhum óbice existe a que o Poder Judiciário, de forma difusa, reconheça a inconstitucionalidade e assim a declare, negando-lhe aplicabilidade, abrindo espaço para amparar a pretensão do impetrante.

Nessa esteira, renovo vênias ao eminente Des. Relator para discordar da fundamentação utilizada, quando denegou a segurança, ao argumento de não ter o impetrante impugnado a limitação de idade, constante no edital, por me parecer perfeitamente possível o controle de constitucionalidade da regra pelo Poder Judiciário, independentemente de impugnação e/ou pedido do Impetrante, o que nos remete, por corolário, à análise da constitucionalidade ou não da referida norma limitadora.

- Controle constitucional da regra limitadora de idade.

Para a perfeita compreensão do caso, entendo por bem transcrever, na íntegra, a regra editalícia submetida à análise. Vejamos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

1.5. São requisitos para ingresso no Quadro de Oficiais Médicos ter sido aprovado no concurso público regido pelo presente Edital, ter concluído curso Superior de Medicina e ter idade máxima de 28 (vinte e oito) anos, conforme exigência contida na Lei Complementar nº 108, de 14/05/2008.”(destaque nosso).

E o que diz a Lei Complementar 108/08, precisamente o artigo 24 que trata do ingresso no Quadro de Oficiais de Saúde (QOS) da PMPE.

- Redação vigente na época de lançamento do edital:

Art. 24. É requisito particular para o ingresso no QOS ter, no máximo, 28 (Vinte e oito) anos de idade completos, no ato de ingresso na carreira de militar do Estado.

- Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 256, de 17 de dezembro de 2013):

Art. 24. É requisito particular para o ingresso no QOS ter, no máximo, 28 (Vinte e oito) anos de idade completos na data de inscrição no concurso público para ingresso na carreira de Militar do Estado.

Ora, visível se mostra a modificação da regra durante a vigência do concurso: anteriormente, exigindo idade máxima de 28 anos completos no ato de ingresso na carreira militar do Estado, atualmente, a mesma idade, porém, exigida na data de inscrição do concurso.

De logo, já podemos constatar que o próprio Estado alterou a regra limitadora de idade, certamente para possibilitar e/ou facilitar o ingresso de oficiais médicos no Quadro de Oficiais de Saúde da PMPE, seja voluntariamente, por sentir dificuldade na contratação de médicos com idade máxima tão mínima (28 anos), seja, indiretamente forçado, em razão das reiteradas decisões advindas dos diversos Tribunais do País, com respaldo do Supremo Tribunal Federal, como, por vezes, assim decidiu o Ministro Ayres de Britto, invocando a Súmula 683 do STF, a exemplo do AI 720259:



270
16

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Resultados da busca JusBrasil para "Súmula 683 do STF"

STF - AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO AI 720259 MA (STF)

Data de publicação: 27/01/2011

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. QUADRO DE OFICIAIS DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR. LIMITAÇÃO ETÁRIA. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. **SÚMULA 683 /STF.** 1. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o limite de idade como critério para ingresso no serviço público apenas se legitima quando estritamente relacionado à natureza e às atribuições inerentes ao cargo público a ser provido. 2. No caso, as atribuições a ser desempenhadas não são propriamente aquelas típicas do serviço militar. Cuida-se de vaga relacionada à área de saúde (cargo de médico, em diversas especialidades), reclamando formação específica para o seu desempenho. Pelo que, a meu sentir, não se revela razoável ou proporcional a discriminação etária (28 anos). 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

STF - AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE 581251 SE (STF)

Data de publicação: 21/02/2011

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. **SÚMULA 683 DO STF.** ALEGADA OFENSA AO ART. 97, DA CF. INEXISTÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. I – O acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que o limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido. II – A ocupação de cargo ligado à saúde, ainda quando este componha o quadro da carreira militar, não justifica a imposição de limite máximo de idade. III – A obediência à cláusula de reserva de plenário não se faz necessária quando houver orientação consolidada do **STF** sobre a questão constitucional discutida. IV - Agravo regimental improvido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

STF - AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO AI-AgR 722490
MG (STF)

Excmo. Sr. Desembargador AGRAVADO

Ementa: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE DE IDADE. LEI ESPECÍFICA. **SÚMULA 683 DO STF.** ALEGADA OFENSA AO ART. 93, IX, DA CF. AGRAVO IMPROVIDO. I - o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que o limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima quando previsto em lei e possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido. II - Não há contrariedade ao art. 93, IX, da mesma Carta, quando o acórdão recorrido encontra-se suficientemente fundamentado. III - Agravo regimental improvido.

TJ-RJ - APELACAO / REEXAME NECESSARIO REEX 3228952520108190001 RJ 0322895-25.2010.8.19.0001 (TJ-RJ)

Excmo. Sr. Desembargador AGRAVADO

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. ENFERMEIRO DA POLÍCIA MILITAR. EXIGÊNCIA DE ALTURA MÍNIMA QUE NÃO SE JUSTIFICA DIANTE DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO. INTELIGÊNCIA DAS **SUMULAS 683 DO STF E 248 DO TJERJ.** RECURSO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO COM ESPEQUE NO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. IMPROVIMENTO. I - O edital do certame somente pode exigir do candidato condições específicas, tais como limite de idade, altura mínima e sexo, quando houver justa necessidade, diante das atribuições do cargo; II - Nos termos da **Súmula 683 do STF:** "O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido"; III - Tratando-se de oficiais que atuam na área de saúde a exigência de altura mínima não se justifica, tanto que nossa Corte **sumulou** a questão no verbete 248 - "Atendem ao princípio da razoabilidade as exigências previstas no edital de concurso público relativas a idade e altura mínimas, como condição de acesso ao cargo público de militar, excluídos os cargos do Quadro de Oficiais de Saúde da Corporação"; IV - Improvimento ao agravo interno.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Eis a Súmula 683 do STF

Súmula 683: "O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido"

Inobstante o edital do concurso - sintonizado com a lei da época -, preveja o limite etário de 28 anos para ingresso dos candidatos no Quadro de Oficiais Médicos da PMPE, dita limitação não deve merecer a nossa consideração, segundo a Súmula 683 do STF, por se mostrar em evidente e flagrante contrariedade com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, o que a torna inconstitucional.

Dispiciendo se nos afigura demonstrar as razões pelas quais a limitação etária de 28 anos para ingresso dos candidatos no Quadro de Oficiais Médicos da PMPE contraria os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. As jurisprudências aqui apresentadas, e o teor Súmula 683 - "*legitimando apenas quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido*"-, por si sois justificam as razões.

E a toda evidência que as atribuições a serem desempenhadas pelo Impetrante é típica da área de saúde, e não militar, não havendo correlação alguma entre o fator discriminante (limite etário) e as razões de sua estipulação, motivo pelo qual a exigência do limite de idade, no caso concreto, viola o princípio da razoabilidade e proporcionalidade. - Não é demais lembrar que o desempenho das funções de médico encontra-se relacionado essencialmente à capacidade intelectual do profissional da área de saúde e não à capacidade física, exigida para o quadro típico de policial militar.

De outra banda, como se não bastasse a já reconhecida inconstitucionalidade do limite etário no caso concreto, há de se ter em mente que o dispositivo que o instituiu (art. 24 da Lei Complementar 108/08) foi alterado pela Lei Complementar nº 256/13, passando a exigí-lo no momento de

272
66

9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

273
6

inscrição do concurso, e não mais no ingresso da corporação, conforme nova redação apresentada linhas atrás, o que estaria, na minha ótica, a esvaziar a linha de raciocínio traçada pelo Eminentíssimo Relator, data vênha, visto que o período de inscrição no concurso se deu do dia 08/09 a 05/10/2008 (fl. 56) e o Impetrante só completaria 28 anos em 26/11/2008 (fl. 18), portanto, quase dois meses após a data limite de inscrição. - Desde logo adianto não me impressionar, nem me incomodar, com eventuais entendimentos de que a regra anterior deve prevalecer, por ter sido na sua vigência que o concurso se desenvolveu, porque, no meu sentimento, as novas regras, quando mais benéficas à pessoa humana, devem sempre ser aproveitadas!

E tem mais! Como arremate de reforço, registro neste momento ter sido Relator do Mandado de Segurança nº 241.921-4, tendo como Impetrantes Eduardo Sampaio de Souza Leão, e Outros, contra ato comissivo praticado pelo Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco, o qual excluiu aqueles Impetrantes da convocação para matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Saúde (CFOS), sob o argumento de que teriam eles ultrapassado a idade máxima (28 anos), estabelecida no item 1.5 e no item 3.5.7 da Portaria Conjunta SAD/SDS nº 115/2008, a mesma que regulamenta o concurso de que trata este "writ"..

Anoto que, naquele processo (MS nº 241.921-4), deferi parcialmente a liminar perseguida, no sentido de suspender os efeitos do ato administrativo atacado, ocasião em que determinei a imediata convocação dos Impetrantes para matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Saúde (CFOS). Foram eles: EDUARDO SAMPAIO DE SOUZA LEÃO, JULIANA SERRANO MACHADO MALTA, LUIS PAULO RANGEL DE FIGUEIREDO, VALDEMIRO FERREIRA DE SOUZA NETO e GERMANA CRISTINA FERREIRA FROTA MONT'ALVERNE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

274
ds

Curiosamente, pude constatar naquele outro MS que a própria administração pública havia convocado para matrícula no Curso de Formação de Oficiais de Saúde o candidato Bruno Ferreira de Holanda Cavalcanti (nascido em 26/12/1980, também com mais de 28 anos de idade), concorrente da vaga para provimento do cargo de Médico na especialidade de Oftalmologia, em clara preterição de igualdade de condições com os demais candidatos nas mesmas condições, razão pela qual deferi a liminar. Vejam que a administração pública para situações idênticas estava decidindo de forma não isonômica.

Mas, tem mais! Em momento posterior, para minha surpresa, o Estado de Pernambuco peticionou naqueles autos, requerendo a juntada de um "Termo de Transação" firmado com os Impetrantes, onde requereu a sua homologação, nos termos do art. 5º da LC nº 105/2007, sendo dita transação por mim homologada em 02/05/2012, com a decisão tranquilamente transitado em julgado.

Lei apenas a cláusula quarta do instrumento de transação:

"CLÁUSULA QUARTA - O Estado de Pernambuco reconhece possuir interesse na nomeação e posse dos impetrantes para o Quadro de Oficiais Médicos da Polícia Militar do Estado, a despeito do limite de idade fixado no art. 24 da Lei Complementar nº 108/2008."

Senhores Desembargadores, é óbvio que não podemos permitir tamanha discrepância de entendimentos, quando flagrante a discriminação e o desrespeito ao princípio do tratamento isonômico reservado pela Carta Magna aos cidadãos brasileiros. Tampouco podemos deixar os demais candidatos aprovados no mesmo concurso a mercê da própria sorte e ao bel prazer da administração pública, nomeando uns e não outros, estando ambos em situações iguais. Nada mais tenho a dizer!



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Assim, na conclusão desse tema, renovando vênica ao Eminentc Relator, entendo por bem ultrapassar a questão do limite etário para penetrar fundo no alegado direito de nomeação do candidato para o Quadro de Oficiais Médicos da PMPE, por ter sido aprovado em 37º lugar, de um total de 50 vagas no edital.

Pois bem! Segundo farta documentação constante nos autos, o concurso em testilha teve início no mês de setembro de 2008 e sua conclusão final se deu em 09 de fevereiro de 2012, quando foi publicada a homologação final do concurso no Diário Oficial do Estado (fl. 105), tendo perdurado por quase três anos e meio.

Várias foram as etapas a que se submeteram os candidatos: exames de habilidade e conhecimento, exame de aptidão física, exames médicos, avaliação psicológica, até o Curso de Formação de Oficiais fizeram os 50 candidatos aprovados - note-se que tantos foram os convocados para o Curós de Oficiais da PMPE quanto a quantidade de vagas existentes - 50 (fls.95/97) -, todas as etapas eliminatórias, uma verdadeira maratona de exames, tendo o Impetrante logrado êxito com nota final de 9,56 (nove vírgula cinqüenta e seis) e aprovação geral na 37ª colocação e 5º lugar na especialidade Genegologia/Obstetrícia, para onde fora destinado 04 (quatro) vagas, sendo 03 (três) para Recife - assim acredito por não haver identificação -, e 01 (uma) para o Município de Petrolina, conforme quadro quantitativo de vagas, constante no item 1.1 do edital (fls. 39/40).

É certo que para a especialidade escolhida pelo Impetrante (Ginecologia/Obstetrícia), o edital prevê o quantitativo de 04 (quatro) vagas, sendo o mesmo aprovado na 5ª colocação, portanto, fora do número de vagas originalmente previsto. Mas, observe que o mesmo foi aprovado dentro do número total de vagas reservadas para concurso (50), sendo justamente a sua colocação no 37º lugar, o fundamento jurídico que embala a pretensão do Impetrante através do presente Mandado de Segurança.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

276
66

E aí a indagação: terá o Impetrante direito líquido e certo à nomeação, sendo ele aprovado fora do número de vagas? Lembro que essa questão já vem sendo discutida aqui nesta Corte, em outros Mandados Segurança, dentro do mesmo concurso.

Para não alongar ainda mais este voto, reservo-me de transcrever citações doutrinárias e jurisprudenciais acerca da convolação da mera expectativa de direito (direito subjetivo) em direito material reconhecido (direito objetivo à nomeação), quando, estando o concurso com seu prazo de validade ativo, exista cargo vago e o interesse da administração na contratação. Dita posição é a que vem sendo adotada por esta c. Corte.

Bem! E o que temos aqui, no caso concreto?

- a) - um candidato (o Impetrante), aprovado em concurso público na 37ª colocação, para um concurso que disponibilizou originalmente 50 vagas e só homologou e divulgou a aprovação de 50 candidatos;
- b) - um candidato (o Impetrante), que se dedicou a um concurso por quase três anos e meio - concurso iniciado em 2008 -, e que até hoje vem lutando para ver reconhecido o seu direito, decorridos até então mais de cinco anos, estando a PMPE deficitária de médicos em seu Quadro de Oficiais de Saúde;
- c) - um candidato (o Impetrante), que não apenas participou e foi aprovado em todas as etapas normais de um concurso, mas, mais do que isso, participou, e também foi aprovado, em um curso de formação de oficiais, ministrado pela própria instituição policial, destinado ao seu ingresso na corporação militar;
- d) - um candidato (o Impetrante), que participou de um concurso destinado ao preenchimento de 50 vagas, sendo aprovado e participado do Curso de Formação de Oficiais apenas os 50 melhores



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

candidatos aprovados, sem que a administração tenha preenchido as 50 vagas.

- e) - um candidato (o Impetrante), que participou de um concurso, onde o edital que o regulamentou prevê a possibilidade de remanejamento de candidatos de uma especialidade para outra, eventualmente não preenchida, estando comprovada a existência de várias vagas, vez que, das 50 vagas ofertadas originalmente e com a homologação de apenas 50 candidatos, vários deles ainda perseguem as suas nomeações, o que implica dizer da existência de vagas;
- f) - uma administração pública que, comprovadamente, realizou remanejamento de outro candidato aprovado neste mesmo concurso para outra especialidade, conforme atesta a Coordenação de Saúde da PMPE, através do Cel. PM QOM Antônio Diniz Cavalcanti Paraíso (fl. 206);
- g) - um Quadro de Oficiais de Saúde da PMPE deficitário de médicos, comprovadamente declarado pela Coordenação de Saúde da PMPE, através do Cel. PM QOM Antônio Diniz Cavalcanti Paraíso (fl. 206);

Então, se o Impetrante foi aprovado em 37º lugar, de um concurso que reservou 50 vagas iniciais; se ainda existem cargos vagos desse concurso, visto que efetivamente não foram nomeados os 50 candidatos aprovados; se o concurso prevê a possibilidade de remanejamento de uma especialidade para outra; se a administração fez realmente remanejamento, conforme atesta o documento de fl. 206; se a administração declara haver a necessidade de nomeação de médicos, para preenchimento dos cargos vagos do Quadro de Oficiais Médicos da PMPE; se o Impetrante participou, concluiu e foi aprovado no Curso Preparatório de Oficiais de Saúde da PMPE, pergunto: como não reunir direito objetivo à nomeação? As provas de tudo que aqui afirmo estão nos autos!

277
66



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

248
L

Os esforços desses jovens médicos durante o concurso, dentre eles o impetrante, dedicando-se horas e horas de estudo, galgando degrau por degrau dentro de uma concorrência gigantesca, serem convocados para os exames físicos e de saúde, e o que é mais forte, terem realizado e sido aprovados no Curso de Formação de Oficiais de Saúde da PMPE, gerando-lhes grande expectativa de nomeação - já fizeram o Curso de Oficiais da PMPE -, e depois serem ignorados, como se nada disso tivesse relevância, mesmo existindo vagas de médicos originárias do próprio concurso, não me parece revelar uma atitude legítima, ética, responsável e afinada com os princípios da boa-fé, da razoabilidade, da justiça e, sobretudo, da dignidade da pessoa humana! O Estado, no meu sentir, não deve, nem pode, agir dessa forma com os cidadãos desse País.

Ademais, a partir do momento em que a administração pública durante a validade do concurso deixou de realizar a nomeação e utilizar do poder discricionário de remanejar o Impetrante para outra especialidade médica, nasceu para o Impetrante o direito a ter assegurado a sua nomeação para a especialidade para a qual concorreu, como requerido na presente impetração.

Em outras palavras, o remanejamento para outra especialidade médica previsto no edital, não significa dizer que, a não realização do remanejamento signifique o desinteresse ou desobrigação da Administração Pública em nomear os candidatos aprovados dentro do número de vagas, mas sim a sua nomeação na especialidade escolhida, já que não optou pelo remanejamento.

Quisesse a Administração Pública não aproveitar os candidatos aprovados fora do número de vagas dentro das suas respectivas especialidades, deveria ter dito diretamente, não ofertar 50 vagas, proferir Curso de Formação de Médicos da PMPE para os 50 candidatos aprovados nas fase anterior, divulgar a aprovação de apenas 50 canditados ao final do concurso, prever o remanejamento para outra especialidade e não nomear todos os 50 candidatos.

15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

Assim sendo, sem mais comentários, por considerar o Impetrante com direito objetivo à nomeação para o cargo a que pleiteia, pedindo vênias ao eminente Relator e ao Órgão Ministerial, voto pela concessão da segurança. ✓

É como voto.

Recife, 24 de *fevereiro* de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Vogal



2930

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

CORTE ESPECIAL

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0301401-7

IMPETRANTE: FELIPE ROCHA DE LIMA

IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, sua Excelência
Eduardo Henrique Accioly Campos

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

VOTO

Sr. Presidente

Senhores (as) Desembargadores (as),

Senhor (a) Procurador (a)

Debate-se no presente mandado de segurança o suposto ato omissivo do Governador do Estado de Pernambuco, que preteriu o impetrante de ser nomeado no cargo de médico ginecologista/obstetra do quadro de oficiais médicos da Polícia Militar de Pernambuco, em que pese o mesmo ter sido aprovado na 37ª colocação no concurso público promovido pela secretaria de administração do Estado, para o preenchimento de 50 vagas.

Iniciado o julgamento do presente writ, esta Corte Especial, na data de 03 de fevereiro de 2014, por unanimidade de votos, rejeitou as preliminares suscitadas pela parte impetrada.

No mérito, na posição de Relator do mandado de segurança, deneguei a segurança ao impetrante, avistando a decadência do seu direito, salientando naquele oportunidade que: *“como o edital fora publicado em 03/09/2008, e o postulante, nascido em 26/11/1980, já havia atingido esse limite etário desde 26/11/2008 – antes até mesmo da realização da 1ª etapa do certame -, não se pode admitir que, agora, passados quase cinco anos da ciência por parte do impetrante dessa restrição, o uso do mandado de segurança como meio para afastar-se esse óbice.”*

Após finalizar meu voto, o eminente Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, pediu vista dos autos, para análise da questão.

Retomado o julgamento na data de 24 de fevereiro de 2014, o Desembargador Agenor Ferreira apresentou voto-vista divergente, concedendo a segurando ao impetrante.

Na fundamentação do seu voto, o douto Desembargador trouxe questões importantes, dentre elas, o forte posicionamento jurisprudencial no sentido de se permitir o controle de constitucionalidade de caso concreto, em sede de mandado de segurança.

Apontou, ainda, mudança legislativa a respeito da questão-central do meu voto de mérito. Ou seja, a alteração feita pela Lei complementar nº 256, de 17 de dezembro de 2013 que modificou substancialmente o disposto no art. 24 da lei Complementar nº 108/2008, transferindo para a data da inscrição e não mais no ato do ingresso a exigência da idade máxima de 28 anos.

Trouxe séria questão de quebra de isonomia, apontando termo de transação homologado, em que o Estado reconhece a outros candidatos em situação similar a do impetrante, o direito a nomeação e posse.

Desta forma, e por tudo o mais o que consta do voto-vista, sinto-me seguro para refluir do meu entendimento, e nesta oportunidade acompanhar, sem ressalva, o voto do Desembargador Agenor Ferreira.

Por fim, quanto a questão de ordem levantada pelo Estado de Pernambuco, às fls. 289/291, referente à preferência no julgamento da prejudicial de decadência levantada no meu voto de mérito, ante a arguição de inconstitucionalidade, entendo que a questão perdeu seu objeto, em face da evolução do meu voto.

É COMO VOTO.

Recife, 12 de

Maio

de 2014.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Relator



298
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL – 03.02.2014
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 301401-7
IMPETRANTE: FELIPE ROCHA DE LIMA
IMPETRADO: GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO,
SR. EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS
RELATOR: DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ PERES

RELATÓRIO ÀS FLS. 247/248 DOS AUTOS

DOUTOR JOSÉ PESSOA LINS JÚNIOR – OAB/PE Nº 26.290 (PATRONO DO IMPETRANTE FELIPE ROCHA DE LIMA)

Essa matéria, sobre esse Mandado de Segurança, já vem sendo julgada habitualmente pela Corte. Então, venho somente reforçar a posição ínsita no *mandamus*.

Em 2008, abriu-se edital para o concurso de médico da Polícia Militar do Estado de Pernambuco. Foi o primeiro concurso de médico em que houve o seu trâmite em conjunto com a Secretaria de Defesa Social e com o Comando da Polícia Militar. Até 2008, o único responsável pela seleção de oficiais médicos era somente a Polícia Militar. Então, no curso desse concurso existiram várias paralisações, por tudo isso, e somente chegou ao fim em 2012.

Convém ressaltar que é bem claro no edital desse concurso que cabe à Secretaria de Defesa Social, em havendo alguma vacância das vagas disponibilizadas por especialidade, fazer o remanejamento dessas especialidades. Porque, já naquela época, a carência de médicos era muito forte no quadro da Polícia Militar.

Como o concurso durou 04 (quatro) anos para ser julgado, houve esse remanejamento dessas vagas, e somente foram colocadas para o Curso de Formação, que agora é por parte do Comando da Polícia Militar, um número restrito de 50 (cinquenta) candidatos. Esses 50 (cinquenta) candidatos, durante o curso, tiveram que ser remanejados novamente pela desistência dos médicos que estavam fazendo aquele curso. Então, houve uma mutabilidade muito grande do número de vagas que estavam sendo dispostas nesse concurso.

Em decorrência disso, em 2012, foi homologado o resultado final do concurso contemplando os 50 (cinquenta) candidatos que terminaram o Curso de Formação. Só terminaram esses 50 (cinquenta), e esses 50 (cinquenta) candidatos foram homologados como possíveis médicos a serem convocados, a serem nomeados. Só que todos os candidatos foram obrigados, nessa hora, a comprar as fardas, a espada, e passaram por todo o processo de formalização do Comando da Polícia Militar.

Luciana



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Quando houve a homologação, alguns dias depois, o Governador nomeou 25 (vinte e cinco) primeiros candidatos daquela lista, e postergou a nomeação dos outros 25 (vinte e cinco) para um momento posterior. Transcorreu todo o prazo, ele não nomeou os outros 25 (vinte e cinco). Inclusive, Doutor Jorge Américo até pontuou essa questão no julgamento anterior, nos Embargos da relatoria do Desembargador Adalberto: porque ele foi o primeiro lugar na especialidade dele, de ortopedista, se não me engano, e, mesmo assim, ele não foi nomeado. Porque o Governo do Estado de Pernambuco somente nomeou os primeiros 25 (vinte e cinco) da lista, não nomeou os últimos 25 (vinte e cinco), por isso que os últimos 25 (vinte e cinco) não foram contemplados.

E esse é o caso do meu cliente, ele passou no concurso, ele logrou êxito em todo o certame, comprou a farda, comprou a espada, fez parte da formação do Curso de Formação, e, posteriormente, não pode ser nomeado.

Obrigado pela atenção.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 251/258 DOS AUTOS.

PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSORTE
(QUESTÃO DE ORDEM)

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)

O eminente Relator rejeita a Preliminar de necessidade de formação do litisconsórcio; ou seja, de ausência de condições de processamento do feito.

Todos estão de acordo?

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, AGENOR FERREIRA LIMA, FAUSTO CAMPOS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO, FERNANDO MARTINS, ADALBERTO MELO, ROBERTO FERREIRA LINS, MARCO MAGGI, LEOPOLDO RAPOSO E FREDERICO NEVES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, FOI REJEITADA PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE ESTABELECIMENTO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO."



299
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)

Está em discussão. Todos estão de acordo?

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, AGENOR FERREIRA LIMA, FAUSTO CAMPOS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO, FERNANDO MARTINS, ADALBERTO MELO, ROBERTO FERREIRA LINS, MARCO MAGGI, LEOPOLDO RAPOSO E FREDERICO NEVES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO:

"AINDA, POR UNANIMIDADE, FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO EXMO. GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO."

DA PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)

Está em discussão. Todos estão de acordo?

OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, AGENOR FERREIRA LIMA, FAUSTO CAMPOS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO, FERNANDO MARTINS, ADALBERTO MELO, ROBERTO FERREIRA LINS, MARCO MAGGI, LEOPOLDO RAPOSO E FREDERICO NEVES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO:

"TAMBÉM, POR UNANIMIDADE, FOI REJEITADA A SUSCITAÇÃO DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO."

MÉRITO

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)

O eminente Relator denega a ordem.

Está em discussão. Todos estão de acordo?

fc



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Gostaria de fazer uma indagação ao eminente Relator: o edital se refere a idade do ato de inscrição? E, no ato de inscrição, ele já não tinha mais a idade? E, qual foi a idade?

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

28 (vinte e oito) anos.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

28 (vinte e oito) anos para o ingresso.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Me permite?

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Pois não.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Mas é porque foi interessante isso que Vossa Excelência argui: se quando ele se inscreveu já tinha ultrapassado a idade limite que o edital cometia. Bom, interessante porque ele entrou na época ou entrou 05 (cinco) anos depois do concurso. Eu não entendi bem. Ou seja, quando proibiram ele, ele se inscreveu, fez o concurso e passou?

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Não houve proibição de nada, não. Ele fez o concurso. Ele está dizendo, agora, o seguinte: que ele passou dentro do número de vagas e que foi preterido, que o Excelentíssimo Senhor Governador não o nomeou.

Nas informações, nas peças de informações, Sua Excelência argui que, além daquelas preliminares todas, ele não poderia ser nomeado por excesso de idade na data da inscrição. É essa a questão.



300
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Agora, é lamentável. O voto de Vossa Excelência é escoreito.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

O edital estabelece isso.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Deixaram ele se inscrever, ele fez, foi aprovado.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Deixaram ele se inscrever e ele, como médico, tinha a consciência, também, do limite previsto no edital.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Caberia, talvez, nas vias ordinárias, uma indenização.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Se fosse um edital para uma seleção, talvez, de gari, eu ainda ficaria calado; mas de médico. Ele viu o edital. Sem nenhum desrespeito aos garis.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Desembargador, o Direito Constitucional é complexo. Vou requerer vista, Senhor Presidente, pedindo vênias a todos, porque me preocupa até onde o impetrante só tem direito ao Mandado de Segurança e o Tribunal de examinar a matéria, se ele tiver ingressado com a ação apropriada, no momento, contra o edital; quer dizer, com a flagrante inconstitucionalidade do edital. Ou se ingressa para mudar o edital ou, então, o Mandado de Segurança não tem valor? Confesso que não entendo assim, não tenho a compreensão, ainda, desse tema.

Vejo que 28 (vinte e oito) anos é uma idade muito baixa. Se de uma forma ele não ingressou com uma ação contra a cláusula do edital, por outra ele deve ter preenchido uma ficha, e o Estado também aceitou ele com mais de 28 (vinte e

Le



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

oito) anos, errou um e errou o outro. O Estado não se indispôs contra ele, o deixou fazer o concurso, o deixou se submeter às provas, deixou tudo, e, no final, diz: não, você se inscreveu com uma idade superior.

Eu preciso só fazer uma avaliação desse tema e peço vênica a todos, gostaria de pedir vista.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Pois não, Desembargador.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Desembargador Agenor, essa limitação etária está na lei, o edital apenas reproduz a disposição legal. Não se trata, portanto, de uma limitação etária estabelecida no edital, o que seria inconstitucional. Porque só a lei pode limitar a idade, e quando se tratar de carreira de Estado. Que é a hipótese, é um médico militar.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

A idade mínima ou máxima?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

A idade máxima.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

A Constituição proibe que haja a discriminação com relação ao trabalhador urbano e rural, e discriminação sobre sexo, sobre idade. 28 (vinte e oito) anos o máximo? Quer dizer, o sujeito se forma, de regra, em Medicina,...(interrompido)

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Desembargador Agenor, não entrei nesse mérito da legalidade ou não, ou da constitucionalidade ou não dessa limitação legal. Existe a limitação, está reproduzida no edital, pendo que essa questão teria que ser discutida através



301
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

da constitucionalidade ou não, mas não, agora, 05 (cinco) anos depois do edital, se atacar o edital. É só essa a questão.

Mas, vou aguardar o voto de Excelência para a gente ver. Está claro, não tem o que discutir.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

É por isso que eu até disse que era preciso saber a questão da constitucionalidade desse limite; mas, até que ponto, necessariamente, o candidato deveria ter entrado contra a cláusula do edital, mesmo diante de uma inconstitucionalidade. Ora, para magistrado, um cargo de carreira, o limite máxima vai muito mais além.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Mas, Desembargador Agenor, essa questão não está em discussão.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Está porque ele não foi tolhido...(interrompido)

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Não. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: o Mandado de Segurança tem que ser nos 120 (cento e vinte) dias. Se ele está atacando o edital, seria nos 120 (cento e vinte) dias do edital.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Mas, ele está atacando a não nomeação dele. Quando haveria de nomeá-lo, dentro do prazo do concurso, não nomeou e ele diz: olha, eu quero.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Bom, é porque eu estou entendendo que ele não está discutindo tão somente a nomeação, mas está discutindo a cláusula do edital. Mas, fico aguardando Vossa Excelência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Eu falei que precisaria entender se cabia essas necessidades, ou, aqui, agora, desde quando haveria no impedimento dele de ser nomeado, ele ingressou com Mandado de Segurança.

A Corte não pode declarar que o direito dele à nomeação é válido porque ele se inscreveu, a inscrição dele foi admitida e ele entrou dentro dos 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do concurso, vamos admitir. Aí, de resto, vem a constitucionalidade ou não desse limite. Eu só quero estudar isso.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Vou aguardar o voto de Vossa Excelência, quem sabe eu não evoluo?

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Eu aguardo.

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)

Alguém mais quer discutir a matéria?

Então, pela ordem, colho o voto do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Vou aguardar o voto vista do eminente Desembargador Agenor Ferreira Lima.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Desculpe Presidente. Desembargador Agenor, eu torço para que Vossa Excelência, inclusive, me convença porque, a partir do momento em que nós estamos trazendo agora mais 2.000 (dois mil) médicos de Cuba, um médico, aqui, concursado, aprovado dentro do limite de vagas e a gente..., não é? Realmente, a gente fica torcendo. É só a minha consciência, aqui, de julgador que está me impedindo de conceder a segurança, mas aguardo e torço por Vossa Excelência.

302
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Desembargador Paurá, quando Vossa Excelência disse que aguardaria e depois disse assim: tenho que aguardar mesmo. Eu entendi isso como que já estava torcendo, mesmo, que tivesse alguma saída. Porque, com certeza, esses médicos de Cuba já têm bem mais de 28 (vinte e oito) anos de idade e estão sendo aceitos.

DESEMBARGADOR FERNANDO FERREIRA (PRESIDENTE)

O Supremo já disse que é constitucional a limitação de idade para o ingresso na carreira militar. Já está pacificado. Tem a questão até das promoções. Mas, alguém quer adiantar voto ou todos aguardam? Aguardam.

DECISÃO:

"NO MÉRITO, FOI SUSPENSO O JULGAMENTO, NA SESSÃO DE 03.02.2014, POR PEDIDO DE VISTA DO EXMO. DES. AGENOR FERREIRA, APÓS O VOTO DO EXMO. DES. RELATOR FLAGRANDO A DECADÊNCIA DO DIREITO À IMPETRAÇÃO. PRESENTES AO JULGAMENTO, PORTANTO EM CONDIÇÕES DE PROFERIREM VOTOS POR TEREM ASSISTIDO AO RELATÓRIO, ALÉM DO AUTOR DO PEDIDO DE VISTA, OS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, FAUSTO CAMPOS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO, FERNANDO MARTINS (SUBST. O EXMO. DES. EURICO BARROS), ADALBERTO MELO (SUBST. O EXMO. DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS), ROBERTO LINS (SUBST. O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO), MARCO MAGGI (SUBST. O EXMO. DES. JONES FIGUEIRÊDO), LEOPOLDO RAPOSO E FREDERICO NEVES. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES CÂNDIDO SARAIVA (SUBST. O EXMO. DES. EDUARDO SERTÓRIO) E JOVALDO NUNES."



303
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL - 24.02.2014

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 301401-7

IMPETRANTE : FELIPE ROCHA DE LIMA

**IMPETRADO : GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SR.
EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS**

RELATOR : DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE ESTABELECIMENTO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO. AINDA POR UNANIMIDADE FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO EXMO. GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO. TAMBÉM POR UNANIMIDADE FOI REJEITADA A SUSCITAÇÃO DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO". NO MÉRITO, FOI SUSPENSO O JULGAMENTO, NA SESSÃO DE 03.02.2014, POR PEDIDO DE VISTA DO EXMO. DES. AGENOR FERREIRA, APÓS O VOTO DO EXMO. DES. RELATOR FLAGRANDO A DECADÊNCIA DO DIREITO À IMPETRAÇÃO. PRESENTES AO JULGAMENTO, PORTANTO EM CONDIÇÕES DE PROFERIREM VOTOS POR TEREM ASSISTIDO AO RELATÓRIO, ALÉM DO AUTOR DO PEDIDO DE VISTA, OS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, FAUSTO CAMPOS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO, FERNANDO MARTINS (SUBST. O EXMO.DES. EURICO BARROS), ADALBERTO MELO (SUBST. O EXMO. DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS), ROBERTO LINS (SUBST. O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO), MARCO MAGGI (SUBST. O EXMO.DES. JONES FIGUEIRÊDO), LEOPOLDO RAPOSO E FREDERICO NEVES. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES CÂNDIDO SARAIVA (SUBST. O EXMO.DES. EDUARDO SERTÓRIO E JOVALDO NUNES. EM FACE AO ADIANTADO DA HORA, CONTINUA ADIADO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 17.02.2014, AGUARDANDO-SE O VOTO DE VISTA DO EXMO. DES. AGENOR FERREIRA."

VOTO-VISTA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA FILHO

Voto-vista juntado às fls. 264/279.

Acrescento ao meu voto que as ideias surgem com o clareamento e a apreciação dos argumentos de que 50 vagas existiam e ele passou em 37º lugar. E 50 candidatos apenas foram homologados no concurso. Então, esses 50 na minha ótica devem ser nomeados.

Paiva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Quando o Edital do concurso prevê que caberá ao Estado remanejar, significa dizer que obrigatoriamente aqueles candidatos com a especialidade identificada podem ser remanejados para outro. Cabe ao Estado poder remanejar para outra especialidade, mas os 50 têm que ser nomeados porque foram reservadas 50 vagas e só aprovados 50 candidatos.

Se o Estado, ao final do concurso, não os remaneja para outras especialidades, então eles têm que ser nomeados porque 50 vagas foram reservadas e ele está dentro da aprovação dos 50.

Então, por considerar o impetrante com direito objetivo à nomeação para o cargo que pleiteia, já que o Estado não optou pelo remanejamento, pedindo vênua ao eminente Relator e ao órgão Ministerial, voto pela concessão da segurança.

É como voto.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

O voto-vista é pela concessão da segurança, dissentindo com o entendimento aqui esposado pelo Desembargador Paurá Peres, que foi no sentido da denegação pela decadência.

Eu pediria ao Desembargador Paurá Peres que fizesse um esclarecimento com relação ao seu voto porque, se estou lembrado, parece-me que o voto foi no sentido de esclarecer que a norma Editalícia exige que o candidato conte com 28 anos de idade na data do ingresso.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

No mérito, eu digo: *“Existência no Edital de limitação etária para o ingresso na carreira, restrição de que o impetrante tinha conhecimento desde o início do certame”*. Está no Edital. *“Inviabilidade de se discutir a questão no presente Mandado de Segurança, já que o impetrado, quase cinco anos depois da previsão do referido limite etário...”*. Aí eu entendi que havia por isso a decadência e o meu voto foi negando a segurança. Só essa questão.

No mais, se superada essa questão, eu acompanharei integralmente o voto do eminente Desembargador Agenor Ferreira Lima.

304
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES

Então, o impetrante não atenderia essa norma Editalícia - 28 anos na data do ingresso. E o Edital ele só impugnou cinco anos depois.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

No meu voto, eu falo que ele poderia ter direito a uma Ação Ordinária, mas não como Mandado de Segurança. Só isso. No mais, eu acompanho integralmente o Desembargador Agenor.

O Desembargador Agenor, segundo me pareceu, está defendendo a tese de que deveria ser apreciada em controle difuso a inconstitucionalidade desse dispositivo que faz a limitação de idade. Que aqui no Mandado de Segurança dever-se-ia discutir em controle difuso aquele dispositivo que estabelece a limitação de idade – que é um dispositivo do Estatuto dos Militares e está previsto no Edital. Só isso.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

O Desembargador Marco Maggi substituiu o Desembargador Jones Figueirêdo e votou nas questões prefaciais e não votou no mérito; o mesmo acontecendo com os Desembargadores Roberto Lins, que substituiu o Desembargador Bartolomeu Bueno; Adalberto Melo, que substituiu o Desembargador José Fernandes; Desembargador Fernando Martins, que substituiu o Desembargador Eurico de Barros Correia. De forma que, a toda evidência, a Secretaria haveria de ter convocado esses Desembargadores para votarem aqui e agora. Porém, só um dado: Que nós poderemos, a depender do entendimento dos eminentes Pares, avançar nesse julgamento porque o Desembargador Pereira de Lira, que votou as preliminares, não votou o mérito. O mesmo aconteceu com o Desembargador Fausto Campos, Gustavo Lima, Luiz Carlos de Barros Figueirêdo e Leopoldo Raposo.

A consulta que eu teria a fazer aos senhores é se nós poderíamos avançar colhendo esses votos e, claro, deixando para na próxima sessão colhermos os votos daqueles que votaram as preliminares em substituição e não votaram o mérito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Vossa Excelência fez referência ao nome do Desembargador Roberto Lins. Apenas eu queria dizer que, no início, a liminar não foi concedida por Sua Excelência exatamente por conta da visualização da decadência. Só por esse ponto.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Eu gostaria de acrescentar a seguinte nota explicativa: A matéria hoje é pacificada no Grupo de Direito Público. Existe lei no Estado de Pernambuco fixando a idade mínima para ingresso na Polícia Militar e na Polícia Civil do Estado de Pernambuco. Antes, quando da omissão legislativa, nós concedíamos Mandado de Segurança. Depois sobreveio a lei e a matéria é regida pelo princípio da legalidade. O Edital apenas reproduz a lei, apenas reproduz o que a lei estabelece, o critério biológico estabelecido na lei – 28 anos. É uma mera reprodução do que está na lei.

Se nós superássemos a decadência sufragada pelo eminente Relator, nós teríamos aqui – dado o princípio da reserva do plenário – que enfrentar o problema da declaração de inconstitucionalidade da lei estadual que fixou, através do critério biológico, a idade máxima de 28 anos.

Quer pela decadência, quer pela vinculação à lei, a segurança não pode ser concedida, com todas as vênias ao eminente Desembargador Agenor Ferreira Lima. O Desembargador Luiz Carlos Figueirêdo que preside o Grupo de Câmaras de Direito Público é testemunha: a matéria hoje é pacificada pelos doze Desembargadores que integram o Grupo de Direito Público. A matéria é inteiramente pacificada. Não há mais qualquer dúvida quanto à aplicação, no caso, ao princípio da Lei de Regência.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA FILHO

Senhor Presidente.

Eu peço vênia ao eminente Desembargador Jorge Américo. Sei da sua capacidade intelectual e jurídica principalmente, mas penso realmente que o controle difuso no Mandado de Segurança é possível. O entendimento uníssono das Câmaras não inibe esta Corte Especial de apreciar determinada matéria, se determinado dispositivo de lei que a Câmara e os Grupos de Câmaras vêm aplicando seja legítimo ou não. Isso não impede que a Corte

305
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Especial possa apreciar. E nós estamos fazendo o controle difuso dentro do Mandado de Segurança.

Além do que a lei foi alterada recentemente, e eu disse no voto, pela Lei 253, de dezembro/2013. Essa posição que vem sendo tomada pelas Câmaras de Direito Público pode estar sendo decidida com base em lei anterior. E a modificação da lei foi que a idade de 28 anos era exigida para ingresso na Corporação, quando hoje é para inscrição no concurso. E ele, na data da inscrição do concurso, não tinha ainda os 28 anos de idade.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal é quem disse em decisão no Mandado de Segurança deste Estado de Pernambuco, quando limitou em 28 anos de idade o limite máximo para o médico entrar na Corporação, e declarou inconstitucional e possível de controle difuso.

São esses os esclarecimentos que eu gostaria de fazer, dizendo que o impetrante quando ingressou com o Mandado de Segurança foi dentro do prazo de 120 dias após o término do prazo do concurso. Então, não há decadência. Ele apenas não impugnou o limite de idade dos 28 anos, que eu entendo possível em controle difuso de inconstitucionalidade. Ainda mais quando o Estado, em outra situação, admite e aceita candidatos com mais de 28 anos, conforme comprovado nos autos.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

O voto-vista é no sentido de arguir *incidenter tantum* a inconstitucionalidade da lei para, em consequência, conceder a segurança.

Nós estamos diante desse impasse porque alguns Desembargadores, no início do julgamento, em substituição, já proferiram voto em questões prefaciais e deveriam estar aqui presentes, e não estão. Esse é o primeiro ponto.

Como a Corte Especial é o órgão competente para conhecer, processar e julgar os incidentes de inconstitucionalidade, a mim me parece que seria importante ouvir o Desembargador Paurá Peres a respeito dessa questão, porque o voto do Relator não é apenas no sentido de conceder a segurança. Há uma premissa fundamental que justifica o entendimento de Sua Excelência o Desembargador que pediu vista. Qual é a premissa fundamental? É que ele considera esta norma inconstitucional. Então, é preciso ouvir o Relator do Mandado de Segurança para saber o que ele entende a respeito dessa questão. Porque a proposição do Desembargador Agenor é conhecer *incidenter tantum* dessa matéria. Saber se isso é possível ou não é possível.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Ouvi atentamente o voto do Desembargador Agenor e até dizia que, em sendo superada a questão da decadência, eu o acompanharia integralmente no seu pedido de vista na questão da aprovação, do aproveitamento porque é um caso semelhante ao que foi relatado pelo Desembargador Jones Figueirêdo nos Embargos de Declaração, com exceção dessa questão da decadência.

Penso que essa matéria – e já foi dito aqui, inclusive – já é pacificada com relação à constitucionalidade da própria lei e da legalidade desses dispositivos do Edital para promoção de concursos públicos.

Penso mais que, nessa questão desse incidente em questão difusa, que faria lei tão somente *inter partes*, ela numa situação dessas – quer queiramos, quer não – ela teria um efeito *erga omnes* porque ela emanaria da Corte Especial, que irradia suas decisões sobre os demais órgãos. E ainda que não atingisse outras pessoas diretamente, isso seria um paradigma para frente. Essa questão nós estaríamos dizendo aqui e agora em bom tom que não era só com relação a essa parte que valia, mas que o Tribunal de Justiça, pela sua Corte Especial, pelo seu órgão máximo judicial estaria dizendo que aquela lei seria inconstitucional. Penso que, por essa razão, isso dependeria de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade de quem quisesse provocá-la, porque seria lei estadual. Nós poderíamos até apreciá-la em controle concreto.

Eu rejeito essa proposição e mantenho o meu voto da decadência.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

O Desembargador Pereira de Lira queria falar alguma coisa?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Apenas lembrar a Vossa Excelência da necessidade, na ordem da votação, de primeiro votar a preliminar suscitada pelo eminente Relator, de decadência, para só depois a suscitação da formação do incidente de inconstitucionalidade.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Agradeço a intervenção de Vossa Excelência. De fato, o Regimento Interno do Tribunal é claro ao estabelecer que, em Mandado de Segurança, julga-se em primeiro lugar, se for o caso, a questão relativa à decadência. Mas conquanto não haja essa explicitude no artigo do Regimento Interno, a mim me parece

306
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

que, em havendo uma arguição de inconstitucionalidade que pode fulminar a questão – é um pensamento que tenho e, evidentemente, não pretendo influenciar quem quer que seja – eu acho que essa matéria haverá de preceder. Porque se a decadência decorre de uma regra que está prevista na lei, tida por algum dos julgadores como inconstitucional, sendo certo que esse julgador quer e o faz efetivamente, declara *incidenter tantum* essa inconstitucionalidade, a mim me parece que nessa hipótese específica não há que se cogitar de qualquer outro julgamento, mesmo o de decadência, antes de o Colegiado dizer se a hipótese é de enfrentamento ou não da matéria relativa à inconstitucionalidade. Isso é um pensamento meu. Evidentemente que o Colegiado é que vai decidir quanto a isso. Mas uma coisa precede a outra.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Em qualquer outro órgão fracionário do Tribunal de Justiça haveria suspensão do julgamento para encaminhamento à Corte Especial para apreciação.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Mas Vossa Excelência me ajuda. Haveria a suspensão do julgamento quanto ao mérito para que a Corte Especial declarasse se a lei é ou não inconstitucional. Aqui pode-se aplicar o que Vossa Excelência está dizendo. Antes de discutir qualquer matéria de mérito é preciso que se declare se há ou não a inconstitucionalidade.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Mas é aqui que eu estava querendo apenas uma sutileza. Por que pode um Juiz em Primeiro Grau declarar *incidenter tantum* a inconstitucionalidade de uma norma da menor Comarca que seja, e na Câmara de um Tribunal, com três Desembargadores – em tese, muito mais experimentados e capacitados até para fazer essa apreciação – não o fazem? Suspendem o julgamento e mandam para a Corte Especial. Qual a razão disso? É porque a Corte Especial, sendo o último órgão do Estado a se manifestar judicialmente sobre a questão, ela vai irradiar para todo o universo jurídico do Tribunal de Justiça do Estado a sua posição. E isso aí deixaria de ser um efeito mais *inter partes*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Mas eu pergunto a Vossa Excelência, agradecendo a sua intervenção: Mas esse efeito, a considerar as razões de Vossa Excelência, também não seria projetado para a hipótese do incidente de inconstitucionalidade?

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Também. Mas eu não estou indo de encontro. Eu estou só querendo dizer que esse efeito não seria aqui hoje tão somente *inter partes*. Ele seria *erga omnes*.

Aí eu começo a refluir da minha posição e poderíamos, então, apreciar a questão da inconstitucionalidade.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Então, Vossa Excelência concorda com a apreciação dessa matéria em sede de Mandado de Segurança por este Colegiado.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Concordo. São reflexões.

Presidente, incomodando Vossa Excelência mais uma vez, eu fiz um levantamento recentemente – até o Desembargador Jovaldo estava na presidência – e tinha 160 Mandados de Injunção só com a questão do adicional noturno da UPE. Já deve ter uns duzentos. Agora, com essa questão dessa discussão da inconstitucionalidade nesse incidente, na Câmara, quando nós mandamos para cá, o Ministério Público opina. Eu acho que nós poderíamos nesse ponto, se Vossa Excelência concordar e os demais membros, até suspender o julgamento em razão do incidente e dar vista ao Procurador Geral.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Considerando que o Ministério Público está presente aqui – e está presente não somente para nos ouvir, mas também, no momento oportuno, se manifestar – eu concedo a palavra ao Ministério Público para se manifestar a respeito dessa matéria.



307
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DR. ÉDIPO SOARES (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Senhor Presidente.

Demais Desembargadores que compõem a Corte Especial.

A questão a ser discutida no momento é exatamente sobre a possibilidade da Corte Especial apreciar...?

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Apreciar uma arguição *incidenter tantum* em sede de Mandado de Segurança da inconstitucionalidade da lei.

DR. ÉDIPO SOARES (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Essa matéria foi arguida no Mandado de Segurança, a inconstitucionalidade desse dispositivo?

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Não. Essa matéria está sendo agitada agora pelo Desembargador Ferreira Lima, que pediu vista.

DR. ÉDIPO SOARES (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Prestei bastante atenção no voto do Desembargador, que fez referência à Súmula 683 do STF, que diz o seguinte:

"O limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, inciso XXX, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido."

Essa matéria já está sumulada pelo STF. Então, não vejo nenhum problema em declararmos a inconstitucionalidade desse dispositivo, até porque a natureza do cargo é de médico. Então, essa idade máxima de 28 anos não parece razoável para essa função.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Dr. Édipo, que está atuando aqui em substituição ao Procurador Geral de Justiça, entende que é possível.

DR. ÉDIPO SOARES (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

É possível. Agora, analisando o parecer do Ministério Público, o que eu vejo não é a questão da idade mínima. O que eu vejo é a questão da especialidade médica que havia a inscrição do candidato para determinada especialidade.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Mas a questão está em saber se é possível ou não a declaração de inconstitucionalidade.

DR. ÉDIPO SOARES (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Eu creio que sim.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Com relação ao mérito, o Ministério Público já se pronunciou.

Agradeço a intervenção de Vossa Excelência.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Se é possível e o parecer sobre a constitucionalidade.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Se eu entendi, Vossa Excelência compreende que é possível e que a norma é inconstitucional.

308
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DR. ÉDIPO SOARES (PROCURADOR DE JUSTIÇA)

Perfeitamente. Até porque tem uma Súmula, como foi bem dito pelo Desembargador Agenor, que diz que *"o limite de idade para inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, inciso XXX, de quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo"*.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Façamos o seguinte: Esse julgamento não pode ser concluído hoje. Por que razão não pode? Porque os Desembargadores que participaram do início do julgamento votaram preliminares e não votaram o mérito. Segundo a norma Regimental, eles precisam ser convocados para participar desse julgamento de mérito.

A única coisa que eu pergunto é se os senhores Desembargadores que estavam presentes e que votaram as questões preliminares e que estão aqui e agora presentes a essa continuação do julgamento se acham em condições de votar agora ou pretendem deixar para votar depois dos votos dos outros Desembargadores.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Apenas por uma questão de honestidade intelectual, o representante do Ministério Público não sei se está informado de que se trata de cargo de médico militar.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Desembargador Pereira de Lira, esse foi um posicionamento que ele já firmou.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Mas é uma informação de fato importante porque é o cargo de Oficial Médico do serviço da Polícia Militar. Tem essa peculiaridade. Não é estabelecer idade máxima para o ingresso de médico no Estado de Pernambuco. Isso é totalmente diferente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Eu agradeço a intervenção de Vossa Excelência, mas foi a decisão esposada pelo Ministério Público. Nós, no momento próprio, iremos acompanhar ou não o entendimento dele.

Este julgamento não será concluído hoje. O que eu pergunto é: O Desembargador Pereira de Lira tem condições de votar?

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Absolutamente sim.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA FILHO

O voto-vista é meu. Eu vou ter que ler de novo? A rigor não era para ter proferido o voto porque faltam quatro Desembargadores, que disseram: 'Eu aguardo o voto de vista do Desembargador Agenor'. Então, eu vou ter que ler na próxima sessão?

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Não. É evidente que não. Vossa Excelência pode encaminhar o voto para eles. O que eu estou querendo é avançar no julgamento. O Desembargador Pereira de Lira diz que tem condições de votar. Eu vou deixar de colher o voto dele? Agora, depois de colher os votos dos que estão presentes e que podem votar, eu vou determinar a suspensão do julgamento para colher os votos dos outros. E Vossa Excelência pode nos ajudar encaminhando cópia do seu voto para eles. Agora, temos que avançar isso.

Vamos colher os votos.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Nós passamos um período sob omissão legislativa, e todos aqueles que militaram nas Câmaras e no Grupo de Direito Público se recordam dos Mandados de Segurança que eram concedidos nos concursos de ingresso na Polícia Militar e na Polícia Civil em que não havia limite de idade, tendo em vista que esse limite de idade – dado o princípio da legalidade estrita – só

309
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

poderia ser fixado em lei. Até que sobreveio a lei. Nós estamos falando aqui de cargo de policial. É médico da polícia. Por isso essa peculiaridade que faz toda diferença.

Com a edição da lei, passou a haver uma segurança em todos os julgamentos - segurança jurídica na realização dos concursos e segurança jurídica nos julgamentos advenientes da interpretação e aplicação das normas Editalícia.

Com a Constituição de 88 houve uma interpretação muito literal de que não poderia haver qualquer tipo de restrição baseada na idade, no sexo, na região. E os primeiros concursos pós o advento da Constituição de 88 - todos se recordam - não havia limite de idade. Depois, o Supremo veio - e modulando os efeitos, interpretando aquele dispositivo da Constituição - estabeleceu que era possível estabelecer limites, desde que esses limites fossem feitos com base em critérios de razoabilidade e que fossem limites baseados na lei e nas peculiaridades do cargo. Então, para a polícia foi estabelecido esse limite de idade máxima de 28 anos.

Essa questão chegou aos Tribunais Superiores. Foi enfrentada mais de uma vez. Para a magistratura, para o Ministério Público também houve a fixação de idade máxima e mínima. Com base em critérios subjetivos? Não. Com base em critérios objetivos, guardadas as relações com o cargo.

Por isso que, considerando a história construída nos julgamentos das Câmaras de Direito Público, do Grupo de Câmaras, dos debates que nós construímos ao longo de anos e mais anos, a própria história da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - que respondeu que o Estado poderia sim, desde que por lei, estabelecer limites - eu não enxergo nenhuma eiva de inconstitucionalidade na lei ora sob exame. Ao contrário. Vejo com enorme preocupação nós cairmos naquela omissão legislativa de antes, no vazio jurídico de antes, e admitirmos no serviço público, e sobretudo na polícia, candidatos com 45, com 50, com 60 ou mais anos.

Por isso que eu rejeito a arguição de inconstitucionalidade, considerando que a lei foi sim editada em consonância com a Constituição da República e com a Constituição do Estado de Pernambuco.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

E Vossa Excelência acompanha o Relator, denegando a segurança?



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Não. Por enquanto, limito-me apenas ao incidente de inconstitucionalidade.

DR. HENRIQUE LUCENA (PROCURADOR DO ESTADO)

Questão de ordem, Excelência.

Sobre a arguição incidental de inconstitucionalidade que a Procuradoria de Justiça teve oportunidade de se manifestar, a Procuradoria do Estado não teve oportunidade. Foi uma arguição trazida nesta sessão e, nos termos do CPC, tem direito sim a se manifestar sobre o pedido de inconstitucionalidade junto com a Assembleia Legislativa. Trata-se de assunto importante para o Estado e à Procuradoria cabe a defesa da lei.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Vossa Excelência estaria em condições de falar?

DR. HENRIQUE LUCENA (PROCURADOR DO ESTADO)

Não estou. Então, requeiro.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

É uma pena que tenhamos que protelar ainda mais esse julgamento.

Os senhores têm alguma objeção com relação à fala do Procurador? Então, a gente suspende o julgamento e concede vista dos autos à Procuradoria, já que o Dr. Procurador presente não se considera em condições de fazer a sustentação nesta sessão, assim como foi feito pelo representante do Ministério Público.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

A matéria é um tanto nova aqui e a inconstitucionalidade me parece que tem quorum privilegiado. Eu acho que são dois terços, que dá exatamente dez pessoas. Tem quatro ausentes.



310
✍

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Isso é uma norma que não podemos fugir dela. Agora, se todas as vezes em que um Desembargador arguir *incidenter tantum* uma inconstitucionalidade de norma a gente tiver de, na presença da Procuradoria do Estado e na presença do representante do Procurador Geral de Justiça, suspender o julgamento, realmente isso vai ficar difícil. Eu pediria que houvesse uma compreensão e uma cooperação maior dos senhores Procuradores também para que nós pudéssemos aqui e agora enfrentar essa matéria, que é do conhecimento dos Procuradores do Estado à toda evidência.

Está suspenso o julgamento com vistas à Procuradoria Geral do Estado para falar sobre a arguição de inconstitucionalidade.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO

Presidente, talvez já fosse recomendado que, tão logo se pronunciasse, já marcasse data convocando aqueles que não são integrantes.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Inclusive, hoje mesmo eu recomendo à Secretaria que não ocorra mais o que ocorreu hoje. Se os Desembargadores votaram preliminares em substituição de outros, eles deveriam estar convocados para o julgamento. Isso é uma coisa que não vai tornar a acontecer.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA LIMA FILHO

Após eles se pronunciarem nos autos, esse processo volta para mim ou vai para o Relator?

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PREIDENTE)

Vossa Excelência já proferiu seu voto. O seu entendimento é pela inconstitucionalidade? Vossa Excelência não já disse que era inconstitucional? Então, vamos prosseguir o julgamento depois disso.

Se Vossa Excelência quiser fazer algum aditamento ao seu voto, o Regimento prevê expressamente isso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

“POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE ESTABELECIMENTO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO. AINDA POR UNANIMIDADE FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO EXMO. GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO. TAMBÉM POR UNANIMIDADE FOI REJEITADA A SUSCITAÇÃO DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO”. NO MÉRITO, FOI SUSPENSO O JULGAMENTO, NA SESSÃO DE 03.02.2014, POR PEDIDO DE VISTA DO EXMO. DES. AGENOR FERREIRA, APÓS O VOTO DO EXMO. DES. RELATOR FLAGRANDO A DECADÊNCIA DO DIREITO À IMPETRAÇÃO. SUSPENSO O JULGAMENTO, NA SESSÃO DE 24.02.2014, PARA CONCEDER VISTA À PROCURADORIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA SE POSICIONAR SOBRE A ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE APRESENTADA NO VOTO DE VISTA DO EXMO. DES. AGENOR FERREIRA, QUE ARGUIU INCIDENTER TANTUM A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI PARA, EM CONSEQUÊNCIA, CONCEDER A SEGURANÇA. O EXMO. DES. JORGE AMÉRICO LIRA VOTOU PELA REJEIÇÃO DA ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. PRESENTES AO JULGAMENTO, PORTANTO EM CONDIÇÕES DE PROFERIREM VOTOS POR TEREM ASSISTIDO AO RELATÓRIO, OS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, FAUSTO CAMPOS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO, FERNANDO MARTINS (SUBST. O EXMO. DES. EURICO DE BARROS), ADALBERTO MELO (SUBST. O EXMO. DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS), ROBERTO LINS (SUBST. O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO), MARCO MAGGI (SUBST. O EXMO. DES. JONES FIGUEIRÊDO), LEOPOLDO RAPOSO E FERNANDO FERREIRA. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES CÂNDIDO SARAIVA (SUBST. O EXMO. DES. EDUARDO SERTÓRIO) E JOVALDO NUNES.”



311
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

CORTE ESPECIAL - 12.05.2014

MANDADO DE INJUNÇÃO Nº 301401-7

IMPETRANTE : FELIPE ROCHA DE LIMA

**IMPETRADO : EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

RELATOR : DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE NECESSIDADE DE ESTABELECIMENTO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO. AINDA POR UNANIMIDADE FOI REJEITADA A PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO EXMO. GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO. TAMBÉM POR UNANIMIDADE FOI REJEITADA A SUSCITAÇÃO DE CARÊNCIA DE AÇÃO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. NO MÉRITO, FOI SUSPENSO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 03.02.2014, POR PEDIDO DE VISTA DO EXMO. DES. AGENOR FERREIRA, APÓS O VOTO DO EXMO. DES. RELATOR, FLAGRANDO A DECADÊNCIA DO DIREITO À IMPETRAÇÃO. SUSPENSO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 24.02.2014, PARA CONCEDER VISTA À PROCURADORIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO PARA SE POSICIONAR SOBRE A ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE APRESENTADA NO VOTO DE VISTA DO EXMO. DES. AGENOR FERREIRA, QUE ARGUIU INCIDENTER TANTUM A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI PARA, EM CONSEQUÊNCIA, CONCEDER A SEGURANÇA. O EXMO. DES. JORGE AMÉRICO LIRA VOTOU PELA REJEIÇÃO DA ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. PRESENTES AO JULGAMENTO, PORTANTO EM CONDIÇÕES DE PROFERIREM VOTOS POR TEREM ASSISTIDO AO RELATÓRIO, OS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA, FAUSTO CAMPOS, GUSTAVO LIMA, LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO, FERNANDO MARTINS (SUBST. O EXMO. DES. EURICO BARROS), ADALBERTO MELO (SUBST. O EXMO. DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS), ROBERTO LINS (SUBST. O EXMO. DES. BARTOLOMEU BUENO), MARCO MAGGI (SUBST. O EXMO. DES. JONES FIGUEIRÊDO), LEOPOLDO RAPOSO E FERNANDO FERREIRA. AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS EXMOS. DESEMBARGADORES CÂNDIDO SARAIVA (SUBST. O EXMO. DES. EDUARDO SERTÓRIO) E JOVALDO NUNES. CONTINUA ADIADO O JULGAMENTO NA SESSÃO DE 05.05.2014, FACE AO ADIANTADO DA HORA."

Assinatura



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

A questão é a seguinte: Foram rejeitadas a primeira e a segunda preliminar. No mérito, o Relator denega a segurança, pela decadência do direito à impetração.

O Desembargador Agenor Ferreira Lima divergiu, arguindo a inconstitucionalidade da lei para conceder a segurança. Então, quanto a essa matéria não houve voto proferido. Então, precisamos resolver a questão da inconstitucionalidade arguida.

O Procurador do Estado, todavia, atravessa uma petição em que Sua Excelência insiste para aplicação da Norma Regimental que estabelece, de forma peremptória, segundo Sua Excelência, que, em Mandado de Segurança, a primeira matéria a ser enfrentada é a da decadência. Ainda que haja arguição de inconstitucionalidade, a Procuradoria do Estado sustenta que é preciso que se vote a matéria decadencial antes da questão relacionada à inconstitucionalidade da lei.

Ouço o Relator.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Tem essa questão e passo a proferir o voto, incorporando ao meu voto, no final, a questão da decadência, e haverá de ser entendido o porquê.

Voto do Relator juntado aos autos às fls. 293/294.

Quero lembrar que o impetrante passou na 37ª posição entre os concorrentes a cinquenta e sete vagas, e em 5º lugar na especialidade. Inicialmente, foram oferecidas três vagas para Ginecologista Obstetra. E, com o remanejamento, essas vagas passaram para seis. Ele passou em 5º lugar – em 37º no total de cinquenta, que foi o total de cargos ofertados. E em 5º lugar na especialidade, depois do remanejamento – que é uma matéria que já foi objeto diversas vezes aqui na Corte.

Então, acompanho sem ressalvas o voto do Desembargador Agenor Ferreira de Lima.

Por fim, quanto à questão de ordem levantada pelo Estado de Pernambuco às fls. 289/291, referente à preferência no julgamento da prejudicial de decadência levantada no meu voto de mérito, ante a arguição de inconstitucionalidade, entendo que a questão perdeu seu objeto, em face da evolução do meu voto. E explico mais uma vez: É que não houve arguição de decadência por ninguém.



312
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Essa arguição de decadência foi suscitada pelo Relator de ofício. E, como eu estou refluindo do meu voto e acompanhando o voto do Desembargador Agenor, que pediu vista, não vejo mais por que se apreciar a questão da decadência, que eu não a suscito mais de ofício.

O meu voto é declarando prejudicado o Regimental interposto pelo impetrante.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Vossa Excelência não conhece da questão de ordem; acompanha o Desembargador Agenor para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade da lei anterior e conceder a segurança.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Declarando prejudicado o Regimental.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Desembargador Paurá, apenas para compreender.

A Lei 256 é de 2013.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

De 17 de dezembro de 2013.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

É a lei vigente e que estabeleceu a idade limite para ingresso na Polícia Militar: 28 anos na data da inscrição. Mas confere um tratamento especial para o médico. E essa idade... (interrompido)

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Trinta e três anos. Muito superior. Ele tinha 27 e faltavam dois meses para completar os 28. Mas como a lei estabelecia no ingresso - dois meses depois da inscrição ele completou 28 anos. No ingresso ele já tinha 31, 32.

Marcia



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

A lei anterior fazia essa diferença entre médico e policial?

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Não. Fazia diferença entre ingresso e inscrição.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Mas não tratava diferentemente os médicos dos policiais que iriam exercer a função policial?

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Não.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Mas o concurso de fato foi regido pela lei revogada. Então, para Vossa Excelência chegar à concessão da ordem...

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

É pelo reconhecimento da inconstitucionalidade da lei anterior, em razão de diversos posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do STJ arguidos pelo Desembargador Agenor.

Eu estou levantando a questão da modificação da legislação até para fazer ver que o próprio Estado fez essa modificação sem precisar de nada.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Fazendo essa declaração de inconstitucionalidade, nós afastamos a norma e chegamos à conclusão de que a segurança será concedida. E se a lei anterior, a lei que vigia ao tempo do Edital contivesse regra igual à lei de agora, excepcionando o policial militar?



313
JA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Ele teria sido.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Então nós poderemos, perfeitamente, com reserva de texto, fazer a interpretação conforme a Constituição. Não precisamos declarar a constitucionalidade no sentido de excluir a lei que já foi revogada até. Então, nós poderemos, tecnicamente, fazer uma interpretação conforme a Constituição e o entendimento do Supremo, de que a idade para a função policial – 28 anos – é razoável. Mas não é razoável essa idade para quem vai exercer a função de médico ou paramédico na Corporação Militar.

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Isso não só foi reconhecido pelo Supremo, como reconhecido pelo próprio Estado que modificou a lei: revogou a anterior e fez uma lei nova.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Entendi perfeitamente e, na hora de votar, eu me manifestarei de acordo com Vossa Excelência, fazendo apenas essa pontuação: interpretação conforme a Constituição com reserva de texto.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Inclusive, o Estado depois fez um acordo com uns cinco ou oito candidatos na mesma situação- já com a idade ultrapassada. Ele fez um termo de transação e os admitiu, e nomeou.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Essa lei que o Desembargador Agenor imputa de inconstitucional, que foi revogada posteriormente pela Lei 256 de 2013, qual é o número dela – essa lei anterior que vigia à época do concurso?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EDUARDO PAURÁ (RELATOR)

Era a Lei Complementar 108, de 2008. No art. 24 tratava dessa idade. E a lei nova é a 256, de 17 de dezembro de 2013.

Permita-se só um complemento. Eu não estou conhecendo da questão de ordem suscitada pelo Procurador do Estado porque eu estou retirando a questão da decadência do meu voto, já que estou acompanhando o voto do eminente Desembargador Agenor.

DESEMBARGADOR FREDERICO NEVES (PRESIDENTE)

Vossa Excelência confirma que não conhece da questão de ordem, mas declara incidentalmente a inconstitucionalidade da Lei nº 108 de 2008 – o art. 24 da Lei nº 108 – não obstante a intervenção em discussão do Desembargador Pereira de Lira. Mantém isso.

Colho votos.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Também não conheço da questão de ordem suscitada pelo Estado. Concedo a segurança, fazendo a interpretação conforme a Constituição, com reserva de texto.

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

Com o Relator.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA

Pela concessão da ordem, acompanhando o Relator.

314
A

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO

Eu concedo a ordem, mas pelos fundamentos apresentados pelo Desembargador Pereira de Lira. Eu estou interpretando simplesmente a Constituição e dizendo que não é razoável que se vede a possibilidade de acesso a um quadro médico da Polícia Militar para maiores de 28 anos, quando, pela própria natureza do curso de Medicina – que são seis anos, mais do que os outros – alguém com essa faixa etária, se ele não correr para se formar nas carreiras e se o concurso demorar um pouco mais – como parece ser o caso concreto – seria impossível qualquer pessoa alcançar. A meu ver, não há inconstitucionalidade qualquer porque a norma também atinge aos outros. Por exemplo, em relação aos demais policiais militares que não os integrantes do quadro de Saúde é perfeitamente possível e exequível. A lei foi mudada para aperfeiçoar, mas garanto que está lá a mesma faixa etária para os demais policiais. Não se trata de questão de constitucionalidade. A questão aqui é interpretar segundo a Constituição. E segundo a Constituição, princípio constitucional da razoabilidade, não é razoável. E, portanto, é direito líquido e certo da parte ser nomeada. Não estou sequer a invocar a lei nova, que modificou e estabeleceu um prazo maior de 33 anos de idade.

DESEMBARGADOR FERNANDO MARTINS

Com o Relator.

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO

Com o Relator.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

Também com o Relator, pela concessão da ordem.

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Com o Relator.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"UNANIMEMENTE, NÃO SE CONHECEU DA QUESTÃO DE ORDEM PARA CONCEDER A SEGURANÇA, SENDO CERTO QUE OS EXMOS. DESEMBARGADORES JORGE AMÉRICO LIRA E LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO DEIXAVAM DE DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI, FAZENDO A INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO COM RESERVA DE TEXTO."
